



FRANCISCO VAN ZELLER

Empresas estão a endividar-se para pagar impostos

Por Jorge Magalhães

Francisco van Zeller só vê vantagens na IES e elogia o papel «difícil» que os TOC desempenham nas empresas. O presidente da CIP pretende que a incompetência e a perda de confiança sejam razões para despedir por justa causa e diz que a saída de Paulo Macedo não vai afectar o desempenho da DGCI. O que lamenta são os métodos «quase policiais» que aquele organismo usa.

Engenheiro químico formado pelo Instituto Superior Técnico, Francisco van Zeller é presidente da Confederação da Indústria Portuguesa desde 2002, sucedendo a Nogueira Simões. Em Abril deste ano, foi reeleito para novo mandato mas a sua experiência associativa vem de longe, fazendo parte da direcção da CIP desde 1982. Toda a sua vida tem sido dedicada à actividade industrial. Em 2006 foi distinguido com a Grã-Cruz da Classe de Mérito Industrial.

Tem um estilo que muitos definem como «politicamente incorrecto» mas essa forma de estar tem conquistado indiscutível visibilidade para a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) e para as suas posições. Nesta segunda entrevista à Revista «TOC», o seu tom crítico e desassombrado mantém-se. Francisco van Zeller afirma, por exemplo, que a DGCI está a utilizar métodos «quase

policiais» e que «há pessoas que se sentem perseguidas». Lamenta que a melhoria da eficiência na cobrança dos impostos não seja acompanhada por uma redução das taxas e sirva apenas para financiar as despesas do Estado. Para o presidente da CIP, é preciso parar e pensar se «para reduzir o défice, valerá a pena destruir a economia.» Acérrimo crítico da maneira portuguesa de viver, diz que «somos um País de gente mal qualificada e pouco ambiciosa». Mas há também quem tenha valor. Dos TOC, por exemplo, afirma que é uma classe bem preparada e que se a sua credibilidade deixasse de existir, «seria uma desgraça.»

TOC – Há quatro anos, em entrevista que concedeu a esta revista, defendia a redução das taxas de IRC para que a fuga aos impostos deixasse de compensar. Os impostos baixaram o suficiente ou continua a compensar fugir?

Francisco van Zeller – Ainda continua e as razões aumentaram. Mas não é só a fuga aos impostos que me preocupa, é também a competitividade das empresas, sobretudo quando comparada com outros países que têm vindo a baixar os impostos. Este é um argumento muito forte, mas não se pode dizer que, baixando os impostos, os investidores apareçam. Há outros problemas graves, como a burocracia, as leis laborais...

TOC – A competitividade fiscal é um argumento de peso....

FVZ – Sem dúvida. Quem não tem competitividade fiscal fica desde logo fragilizado. Mas é preciso ver outros aspectos, como a facilidade de acesso às agências do governo ou a rapidez dos licenciamentos. Tem de haver uma melhoria conjunta. Se, por hipótese, baixássemos o IRC para 12,5 por cento, como alguém já sugeriu, o

resto ficava por fazer. E o que falta pesa muito na decisão de qualquer investidor.

TOC – A Europa parece estar a preparar uma nova vaga de cortes nos impostos e há países bem mais agressivos do que nós em matéria de competitividade fiscal. Portugal parece alheio a todas estas movimentações. Teme que esta estratégia seja fatal para o nosso País?

FVZ – Corremos esse risco. Os países de que fala são novos, entraram agora nesta corrida e, por serem pouco conhecidos, têm de tomar medidas mais agressivas. A tendência deles será subir, se não conseguirem cobrar impostos por outra via, sobretudo através dos indirectos. Mas é preciso ver outra coisa: os países com elevadas taxas de IRC continuam a atrair muito capital. Os maiores investimentos da Europa ainda vão para a Alemanha, Inglaterra ou França.

TOC – Mas a Alemanha anunciou recentemente que baixaria o IRC em cerca de oito por cento.

FVZ – Disse que ia baixar, vamos ver. Provavelmente em França, com o novo presidente, acontecerá a mesma coisa. Esta descida do IRC, mais do que o IRS, não vai parar. Portugal vai ter que acompanhar. Estamos a ganhar tempo, porque em termos de consolidação orçamental faz falta a parcela do IRC. Este imposto é, respondendo à sua questão inicial, a maior fonte de massagem às contas. Estamos a falar de pequenos arranjos, de alguns lançamentos abusivos nas despesas para reduzir o imposto. Quanto mais baixa for a taxa, menor será a propensão ou justificação para praticar esses actos.

TOC – Falou em 12,5 por cento. Essa seria a taxa ideal?

FVZ – É demasiado. Haveria uma perda superior à vantagem. Dá-me a ideia de que o impacto de uma medida dessas esvaziar-se-ia depressa. Há outros problemas por resolver.

TOC – É urgente ultrapassar esses problemas para atrair investimento estrangeiro?

FVZ – No que diz respeito à burocracia, demos e continuamos a dar passos muito grandes. Todos os dias aparecem medidas novas. É difícil passar esta mensagem, porque as pessoas gostam de uma grande notícia, não gostam de 72 pequenas

notícias. O que tem sido feito necessita de ser publicitado, para que os investidores se interessem.

TOC vão responder bem aos desafios da IES

TOC – A CIP, tal como a CTOC, integra a Comissão de Desformalização que, entre outros resultados, conduziu à criação da Informação Empresarial Simplificada (IES). Que balanço faz?

FVZ – Muito positivo, em particular a cooperação com o Ministério da Justiça, e também com o Ministério da Economia. Este bom relacionamento tem justificações que ultrapassam a política. Já com o Ministério do Ambiente, as relações não são nem boas nem más, porque não temos lá ninguém com quem nos relacionemos particularmente. E boa falta nos faz.

TOC – Que vantagens e problemas encontra na prestação de contas por via electrónica?

FVZ – Tenho dificuldade em encontrar problemas. Estes existiam antes. Agora talvez exista demasiada dependência em relação aos TOC. As pequenas empresas, e estamos a falar de um universo superior a 95 por cento, não têm capacidade, qualificações e tempo para con-



Pragmático. Francisco van Zeller refere que o trabalho das empresas é produzir e vender e o do TOC é recolher os dados e transmiti-los

tornar esta situação. Não acho mal, porque me parece que a classe é capaz de responder bem a esses desafios. Creio que a CTOC está preparada para ser uma organização com comportamento ético indiscutível. Quando essa confiança estiver mais reforçada, passa a ser automático que o trabalho das empresas é produzir e vender e o do TOC é recolher os dados e transmiti-los.

TOC – No âmbito da Comissão de Desformalização, que outras medidas poderemos esperar para breve no sentido de modernizar a Administração Pública?

FVZ – A propriedade industrial vai demorar, a Casa Pronta está a ser discutida, a transmissão de imóveis tem de ser melhorada. Depois temos

o licenciamento, que é importantíssimo e sensível. É uma área que envolve o Ambiente e, normalmente, o que trava os investimentos são as questões ambientais. Como é que se justifica esperar 11 anos para poder construir um hotel? Aqui entram em campo as autarquias, as ONG's, tudo atrasa os investimentos. O caso do IKEA é um bom exemplo. Toda a gente estava de acordo, os terrenos estavam definidos, mas a simples execução de uma alteração demorou um ano, quando poderia estar resolvida no dia seguinte. Por acaso, o dono do IKEA é nosso amigo e estava decidido a implantar cá a fábrica. Mas se fosse outro, era bem capaz de ter ido à procura de um local onde não se demorasse um ano a responder a uma questão sobre a qual todos estavam de acordo. Neste caso, não seria o IRC que o afastaria.



«Quando se lança a rede, apanha-se de tudo, bom e mau. Há muita gente que se sente atingida com este rigor da DGCI», refere o presidente da CIP.

Métodos da DGCI geram muitas queixas

TOC – Que avaliação faz da actuação da DGCI nos últimos anos?

FVZ – Sem querer sem pretensioso, só lidamos directamente com o ministro das Finanças ou com o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, com quem temos excelentes relações.

TOC – Como cidadão tem observado o trabalho desenvolvido pela DGCI...

FVZ – Se me está a falar da eficiência na cobrança de impostos, tem sido feito um trabalho que aprovo. Mas como tudo tem um preço, é preciso que se reconheça que neste instante há pessoas que se sentem perseguidas, os métodos usados são quase policiais. Há muitas queixas. Quando se lança a rede, apanha-se de tudo, bom e mau. Há muita gente que se sente atingida com este rigor da DGCI. Houve uma diminuição da liquidez porque estavam a contar com dinheiro que agora não têm. É verdade que essas verbas não eram deles, mas esta situação está a criar embaraços a muita gente.

TOC – Esse estrangulamento financeiro tem levado ao encerramento das empresas?

FVZ – Não temos conhecimento disso, mas que vai adiar o crescimento, não tenho dúvida. O aumento do endividamento deve-se, em boa parte, a esse fenómeno. Ou seja, o Estado cobra impostos e as empresas endividam-se para os pagar.

TOC – Mas isso é uma forma de introduzir alguma correcção no mercado e uma concorrência mais sã.

FVZ – Sem dúvida. No final resulta concorrência mais sã. Mas antes de lá chegar há um estrangulamento muito grande. As empresas exportadoras estão um pouco melhor, as que dependem do mercado interno estão com mais dificuldades. E assim como há esse rigor em relação ao IRC, também o há relativamente ao IRS, o que leva a uma diminuição do consumo.

Lista de devedores: medida desagradável

TOC – A lista de devedores é um método que tem recolhido aplausos como fortes críticas. Em que lado se coloca?

FVZ – É uma medida desagradável. É uma atitude de choque para quem durante muito tempo se habituou a não pagar, a pagar tarde, a fingir que se esquecia de pagar. Era preciso uma medida de choque. Não é para continuar por toda a vida. Mas apesar de todos os cuidados, continuam a aparecer erros. Por vezes, erros feios. Por exemplo, há casos de empresas que têm a receber mais do Estado do que aquilo que devem ao Estado. Não é um erro, mas é uma situação anómala.

TOC – Com esta orientação da DGCI de maximizar as receitas fiscais, entramos numa época de “vale tudo”?

FVZ – Não diria que vale tudo, mas vale muita coisa. Se existe aumento do endividamento, se há uma redução do poder de compra, esse dinheiro está a ir para o Estado, que lançou a rede para, no fundo, continuar a pagar salários à Função Pública, porque não a consegue reduzir.

TOC – A redução do défice não está a ser feita, então, pelo lado correcto?

FVZ – Claro que não. Parece-me que já atingimos o limite. Quando olhamos para o elevado nível de endividamento, a baixa no consumo e a redução do investimento, temos de ficar preocupados. Para onde vai o dinheiro? Para o Estado.

Vale a pena destruir a economia para reduzir o défice?

TOC – É daqueles que partilha a ideia de que estamos a assistir a um “assalto” aos direitos e garantias dos contribuintes?

FVZ – Não utilizaria a palavra “assalto”. Parece-me que se deveria parar e pensar se, para reduzir o défice, vale a pena estar a destruir a economia, sobretudo no tecido das pequenas e médias empresas.

TOC – É isso que está a acontecer?

FVZ – É. Porque esta forma de actuar desencoraja as pessoas. Quando é o mercado, sabemos que tem altos e baixos e as pessoas pensam “Bom, é um mau momento, pode ser que passe.” O rigor com que a DGCI está a actuar reduz a liquidez, o que tem consequências sérias.

TOC – Portugal tem excessiva carga fiscal e isso está a levar ao empobrecimento do País?

FVZ – Não concordo que tenhamos uma carga fiscal excessiva. O que se está a passar é uma alteração dos padrões com que tudo era feito. Não posso dizer que eticamente esteja errado, porque não está. É preciso pagar aquilo que é devido ao Estado. Mas quanto melhor se cobra, menores deveriam ser as taxas, de modo a que se mantenha a neutralidade. Isso era justo. Mas não é o que está a acontecer. O que se está a cobrar a mais está a ser canalizado para pagar as despesas do Estado, que por sua vez também reduziu os investimentos.

TOC – Mas o investimento a nível empresarial tem vindo a aumentar...

FVZ – Sim, mas não é o que nos interessa, teria que aumentar muito mais.

TOC- Acha realistas as metas de crescimento que o governo prevê para este e para o próximo ano?

FVZ – Se a Europa continuar a crescer, sim, porque andamos atrás dela. Mas repare-se no crescimento das exportações de que tanto se fala. Calhou que tivéssemos um excedente de gasolina ao mesmo tempo que os Estados Unidos têm um défice. Por efeito do crescimento europeu, nós vamos atrás e temos tido algum aumento de quota nos mercados clássicos, porque nos restantes não estamos a crescer muito.

TOC – Esse tão falado aumento das exportações não será sustentável?

FVZ – Não, não é sustentável. No que diz respeito à gasolina deve-se apenas a uma empresa. Nos outros produtos, temos vindo a acompanhar. A Europa cresceu e nós temos conseguido acompanhar. Há mérito nisso, caso contrário outros países ocupariam o nosso lugar. Continuamos a ser competitivos, até mesmo contra os chineses em indústrias como os têxteis e calçado, onde os produtos têm agora maior valor.

Paulo Macedo deixa escola de rigor

TOC – A saída de Paulo Macedo da DGCI poderá colocar em causa o trabalho desenvolvido nos últimos anos?

FVZ – Não, a DGCI é uma equipa enorme. Ele implantou uma escola de rigor e exigência que vai ficar.

TOC – Portugal é um país de gente mal qualificada?

FVZ – Sem qualquer reserva: é. E pouco ambiciosa, que ainda é pior. Vemos pouca gente vitoriosa. Seis ou sete cientistas, dois ou três cantores, cinco ou seis desportistas. E somos assim, porquê? Por falta de ambição. Falta-nos aquela força de querer ganhar que, por exemplo, os espanhóis demonstram. Há muitos séculos que somos assim, incapazes de nos saber gerir bem...

TOC – Já os romanos tinham notado isso...

FVZ – É verdade. Mas mais tarde, quando já éramos um país estabilizado e descobrimos meio mundo, nunca soubemos controlar as coisas. Outros o fizeram por nós. O comércio da Índia era feito por genoveses e flamengos, a organização das frotas por judeus, nós pouco controlávamos. Nunca nos soubemos organizar. Não é novo que somos um povo com pouca ambição. Quando sobe alguns degraus, fica logo satisfeito.

TOC – Há soluções para ultrapassar um problema desses?

FVZ – É um problema cultural. Podemos até qualificar bem as pessoas, mas não é suficiente. Depois de qualificada, a pessoa tem que ser ambiciosa, arriscar-se a perder para poder ganhar...

Incompetência e perda de confiança: razões para despedir com justa causa

TOC – A CIP tem defendido maior flexibilidade nos despedimentos. Os responsáveis pela revisão do Código do Trabalho dizem que os empresários não sabem aproveitar a lei que existe. Em que ficamos?

FVZ – Isso é mesma história da meia dúzia de exemplos de sucesso que falámos. É o caso das

leis laborais. Eles dizem que as leis servem, e até podem servir em alguns casos, em particular quando se refere ao despedimento colectivo. Mas na maioria das vezes este mecanismo não serve. O despedimento colectivo tem inconvenientes que as empresas não querem assumir.

TOC – Mas quando se refere à flexibilidade nos despedimentos, em termos objectivos de que é que está a falar?

FVZ – Aumentar a lista de razões da justa causa. Que a inadaptação ao posto de trabalho, a perda de confiança, a incompetência, por exemplo, passem a ser motivo para despedir com justa causa. As empresas podem não estar interessadas no despedimento colectivo, até porque este tem um prazo. Uma empresa pode preferir despedir dois agora, três amanhã, sem grandes sobressaltos.

TOC – Como é que prova a incompetência ou a perda de confiança?

FVZ – Isso tem de partir do próprio patrão, pagando as devidas indemnizações. Mas esta situa-

ção tem de ser acoplada com a ideia de encontrar um novo emprego. Daí o conceito de “flexi-segurança”, que pretende que as pessoas não pensem que estão no desemprego mas em transição para outro emprego. Este conceito tem que entrar nas nossas mentalidades.

Actual Código do Trabalho já está mutilado pela Constituição

TOC – Porque é que a nossa Constituição é um problema quando se fala de emprego?

FVZ – Há nela vários pontos que agravam o Código do Trabalho. Na altura, o Presidente da República, Jorge Sampaio, levantou objecções e seis ou sete delas acabaram por ter acolhimento junto do Tribunal Constitucional. Ou seja, o actual Código do Trabalho já foi mutilado pela Constituição. Não fomos tão longe quanto a discussão tida com os sindicatos, patrões e governo.

TOC – Na revisão do Código do Trabalho, que agora está a arrancar, será possível caminhar de encontro às pretensões da CIP?



Francisco van Zeller destaca, pela positiva, o trabalho do TOC: «Se a credibilidade destes profissionais deixasse de existir, tudo isto cairia»

FVZ – Não muito. Temos que deixar claro que o acordo colectivo pode ultrapassar o Código, e este governo não percebeu isso. Se as duas partes, patrões e sindicatos, acordarem regras melhores ou piores, mas se acordarem regras acima do Código, isso é lei e deveria ser aceite. Este governo não permitiu isso. Pretendemos, e é uma posição razoável, que nos deixem negociar, mesmo que ultrapasse os limites do Código. Se uma das partes não quer o acordo vigente, tem direito a denunciá-lo. O progresso na sociedade, nas relações laborais tem de ser feito por negociação colectiva. Nisso, os sindicatos têm razão. Mas perdem-na quando querem apenas negociar subidas.

Para a CGTP acordo com um patrão é uma derrota

TOC – Como é que avalia essa atitude dos sindicatos?

FVZ – Deixe-me corrigir: da CGTP. Há sindicatos formidáveis, dirigentes que arriscam o pescoço para fazer frente às crises. Um exemplo? Há um homem do Norte, ligado aos têxteis, que estuda, luta denodadamente, apresenta propostas para salvar a economia, dando vantagens às duas partes. Se todos os dirigentes sindicais fossem como esse homem tínhamos a economia quase como no Norte da Europa, porque se consegue fazer acordos fantásticos. Mas depois vem a Lisboa e é desautorizado por razões políticas. Há sindicatos abertos à negociação. Mas para a CGTP, um acordo com um patrão, é uma derrota.

TOC – Entramos no campo da ideologia...

FVZ – Há razões ideológicas, sem dúvida. O sistema da CGTP é a conquista à custa da derrota do seu adversário. A luta de classes não pressupõe que as duas partes possam ganhar. Isto dificulta imenso a negociação colectiva. Sobretudo, em Lisboa. Porque por esse país fora há imensos exemplos positivos, tal como o da Autoeuropa.

Deixe-me acrescentar só isto: na Autoeuropa, as negociações são inconstitucionais porque deveriam ter sido feitas com os sindicatos e não com a Comissão de Trabalhadores. Na Opel, por exemplo, a influência dos sindicatos apressou a morte da fábrica.

TOC são juízes e conselheiros

TOC – Continua com a ideia de que os TOC trabalham muitas vezes de forma condicionada nas empresas, tal como o afirmou há quatro anos?

FVZ – Parece-me que os TOC devem ter um papel muito difícil porque são, simultaneamente, juízes e conselheiros. Têm que ser sérios e éticos, aconselhar os empresários a seguir os procedimentos legais mas, ao mesmo tempo, têm também de os auxiliar no planeamento fiscal, que não é aquilo que os jornais tentaram vender, como se fosse um crime. Quem não estiver à vontade com as leis acaba por fazer asneira com o fisco. Quem tiver um bom conselheiro pode ter um bom planeamento fiscal e estar perfeitamente dentro da lei. Este é um papel que os TOC desempenham, mas que lhes deve colocar enormes dificuldades.

TOC – Este permanente diferendo que se coloca aos TOC pode ter solução? Ou seja, cumprir a lei e atender às ordens da entidade patronal?

FVZ – Por um lado sim, porque os TOC podem assinar as declarações reduzindo, dentro da lei, os impostos que determinada entidade paga. Isso tem sido conseguido porque os TOC, felizmente, têm bom nome. Mal de nós se os TOC não tivessem credibilidade. Então, era o desmoronar completo de um castelo que se está a construir. Se a credibilidade destes profissionais deixasse de existir, tudo isto cairia, seria uma desgraça.

TOC – Estamos a falar no âmbito privado. Mas a nível público não há obrigatoriedade dos TOC em muitos sectores. A sua presença seria uma garantia para uma aplicação mais correcta do dinheiro público?

FVZ – O problema essencial é de racionalidade. Soube há poucos dias de um organismo público que tem de gastar o dinheiro de qualquer maneira. Caso contrário, para o ano não tem direito a ele. Colocar um TOC numa organização onde se tem de gastar o dinheiro de qualquer forma, era um convite a que ele deitasse as mãos à cabeça e fugisse dali. Fazem falta agentes de racionalidade, não sei quem. Obrigar a gastar dinheiro desnecessariamente é dramático. ■